

Relatório da 2ª Oficina sobre Trabalho e Emprego para Solicitantes de Refúgio e Refugiados(as).

Rio de Janeiro, RJ. 24 e 25 de outubro de 2011.

I. Introdução

Nos dias 24 e 25 de outubro de 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) realizaram na cidade do Rio de Janeiro a **2ª Oficina sobre Trabalho e Emprego para Solicitantes de Refúgio e Refugiados(as)**. A edição carioca da oficina reuniu representantes de diversas instituições que trabalham com o tema do trabalho e emprego e/ou o tema do refúgio com o objetivo de debater os principais obstáculos enfrentados pelos solicitantes de refúgio e refugiados(as) ao tentarem acessar o mercado de trabalho brasileiro.

Estiveram presentes representantes das instituições listadas abaixo:

Abrigo Madre Tereza - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Abrigo Plínio Marcos - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
Associação Brasileira de Odontologia
Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro
Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa
Comitê Nacional para os Refugiados/Ministério da Justiça
Confederação Nacional do Comércio
Cooperativa Educacional Integrada Tupambaé
EMDOC
Secretaria de Estado de Educação
Fórum Brasileiro de Economia Solidária
Guarda Municipal do Rio de Janeiro
Hospital Federal dos Servidores do Estado
Hospital Universitário Pedro Ernesto
ID Logistics do Brasil
Instituto Migrações e Direitos Humanos/DF
Ministério do Trabalho e Emprego
Núcleo de Apoio a Refugiados no Espírito Santo
Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios da UFRJ
Organização das Cooperativas do Estado do Rio de Janeiro
Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar
Pontifícia Universidade Católica / Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social / Museu Nacional
Refugees United
Rio Drog's
Serviço Nacional de Aprendizagem e Cooperativismo
Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos/RJ
Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/RJ

II. Sessão de Abertura e Mesa Informativa

As palavras de boas vindas foram proferidas pelo Sr. Antonio Henrique de Albuquerque Filho Superintendente do Trabalho e Emprego no Rio de Janeiro (SRTE/RJ). Em seguida, os palestrantes da Mesa Informativa foram convidados a palestrarem. O Sr. Andrés Ramirez, Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) no Brasil ressaltou o compromisso do governo brasileiro em buscar aprimorar os mecanismos de acesso da população em situação de refúgio ao mercado de trabalho, e o quanto esta oficina temática vai de encontro às necessidades destas pessoas que buscam meios de sobreviver e de contribuir com a comunidade de acolhida. Foi ressaltada a importância da articulação deste evento com o fórum já estabelecido pelo Comitê Estadual Intersetorial de Atenção a Refugiados do Rio de Janeiro, que congrega atores importantes do governo local e da sociedade civil em torno da inclusão dos solicitantes de refúgio e refugiados nas políticas públicas existentes.

A Sra. Flávia Ribeiro Rocha Leão, Oficial de Elegibilidade do Comitê Nacional para refugiados (CONARE) órgão ligado ao Ministério da Justiça, apresentou os principais conceitos ligados à atuação, composição e competências do CONARE, finalizando sua fala com apresentação das estatísticas mais recentes acerca da população refugiada no Brasil.

A Sra. Andréa Sepúlveda Carotti, Superintende de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro destacou as qualidades das pessoas em situação de refúgio, que contribuem com a sociedade de acolhida com sua diversidade e com o exemplo de superação. Em seguida discorreu sobre o processo de criação do Estadual Intersetorial de Atenção a Refugiados do Rio de Janeiro, sua composição, missão institucional com foco no acesso a direitos e serviços públicos, e nas ações realizadas neste período. A apresentação foi finalizada com a apresentação do eixo temático de Trabalho e Renda do Plano Estadual de Atenção aos Refugiados.

O Sr. Paulo Sérgio de Almeida, Coordenador-Geral de Imigração do MTE e Presidente do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), explanou sobre a participação do Ministério de Trabalho e Emprego no CONARE no que diz respeito ao processo de determinação da condição de refúgio (elegibilidade) e à integração local desta população. O MTE vem atuando para aprimorar os mecanismos de inserção desta população no mercado de trabalho brasileiro ao: sensibilizar a sociedade em geral sobre o tema do refúgio por meio de oficinas temáticas; advogar para que os solicitantes de refúgio tenham o mesmo tratamento dos refugiados enquanto aguardam a análise do seu pedido; reduzir possíveis ações discriminatórias com a subtração do termo “refugiado” na CTPS; reduzir o tempo mínimo de moradia no país, de 6 para 4 anos, para que os refugiados possam solicitar a residência permanente; mobilizar diversas secretarias do Ministério do Trabalho e Emprego e também as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego com o tema do refúgio.

Em seguida, ressaltou o componente humanitário da Lei 9.474 que pode ser observado na parceria entre o CNIg e o CONARE na elaboração de políticas brasileira de imigração. O caso dos haitianos que fugiram da pobreza extrema intensificada com o terremoto que devastou o país no início de 2010 materializa um procedimento de proteção complementar oferecido pelo Governo do Brasil às pessoas em situação de extrema vulnerabilidade que não se enquadrariam na definição do refúgio contemplada na lei nacional.

A Mesa Informativa contou com o depoimento de 02 refugiados residentes no Rio de Janeiro. Primeiramente, a refugiada natural da Geórgia relatou sua experiência no Brasil onde vive com seu esposo e 2 filhos desde 2001. No início, ela e o marido tiveram muitas dificuldades em aprender o idioma português, mas relata que contou com o apoio de vizinhos e de algumas instituições para superar a barreira do idioma. A partir da experiência de trabalho da filha como guia turística, os pais fizeram um curso de guia de turismo e se especializaram no atendimento a turista russos. Hoje a família toda está envolvida com este empreendimento e os dois filhos puderam retomar seus estudos. Aconselhou os refugiados a persistirem e se esforçarem nos estudos e no trabalho porque avalia que há muitas oportunidades no Brasil.

O refugiado natural da república Democrática do Congo fez um breve relato das circunstâncias em seu país de origem que o levaram a buscar refúgio no Brasil. Ele está no país há cerca de 1 ano e 6 meses e relatou que sua maior dificuldade até o momento é expressar-se em português. Apesar desta dificuldade, encontra-se trabalhando há 11 meses em uma empresa conveniada com a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro. Apesar de estar se mantendo com o salário recebido na empresa e gostar do seu ambiente de trabalho, relata que tem planos de futuramente voltar a exercer sua profissão no Brasil: técnico de futebol. Para isso, vem fazendo cursos na área para se familiarizar com este ambiente no Brasil. Sugeriu que os refugiados invistam no aprendizado do idioma e sugeriu que a palavra “refugiado” seja retirada do documento de identidade, pois gera desconfiança entre os empregadores.

A mesa foi finalizada com uma sessão de perguntas e respostas onde os participantes da plenária puderam fazer colocações e questionamentos para os palestrantes.

III. Resumos das Apresentações

1ª Mesa de Debate: Oportunidades no Marco do Governo Federal

A primeira mesa de debate contou com a mediação do Sr. Atílio Peppe, Coordenador do Núcleo de Projetos Sociais da Superintendência Regional do Trabalho de São Paulo que apresentou os palestrantes e moderou o debate. Antes de passar a palavra aos debatedores, o Sr. Atílio explanou o papel desempenhado pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo na coordenação do “Grupo de apoio à inserção de solicitantes de refúgio e refugiados no mercado de trabalho (GAR)” criado em São Paulo como um dos encaminhamentos da 1ª. Oficina sobre Trabalho e Emprego para Solicitantes de Refúgio e Refugiados.

O Sr. Valmor Schiochet, Diretor de Departamento de Estudos e Divulgação da Secretaria Nacional de Economia Solidária do TEM, discorreu sobre o fortalecimento da economia solidária a partir da década de 90 no Brasil. Este movimento ganhou projeção em um cenário de profunda crise do mercado financeiro brasileiro e grande mobilização social em torno da democracia na década de 1980 e contou com apoio de diversos seguimentos sociais: igreja progressista, professores universitários, agricultores familiares, catadores de material reciclável, entre outros. Em 2003 o governo brasileiro reconheceu este trabalho e criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) considerando a Economia Solidária como uma importante ferramenta para erradicar a pobreza no país. Em seguida, o Sr. Valmor discorreu sobre as etapas necessárias para que uma iniciativa da Economia Solidária seja bem sucedida: 1) adesão voluntária dos seus participantes; 2) organização econômica deste grupo (conhecimento sobre cooperativismo); 3) manutenção da iniciativa (cooperação técnica, qualificação e oferta de crédito); 4) comercialização dos produtos e serviços (comércio justo e solidário, mercado institucional e mercado capitalista). Acredita que a temática do refúgio pode e deve se aproximar da Economia Solidária no Brasil.

A Sra. Sinara Neves Ferreira, representante do Departamento de Emprego e Salário da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do MTE fez uma apresentação sobre a criação do Sistema Nacional de Emprego (SINE) e seus principais objetivos: 1) implantar serviços e agências de colocação em todo o País; 2) estabelecer condições para adequação entre a demanda do mercado de trabalho e a força de trabalho disponível; 3) organizar um sistema de informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho. Foram apontadas as principais instituições envolvidas com o SINE e seus respectivos papéis, à exemplo do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), o Ministério de Trabalho e Emprego e as Comissões Estaduais e Municipais de Emprego. Atualmente no Brasil, existem 1.461 postos de atendimento ao trabalhador no Brasil, por meio de convênios com 27 estados (1342 postos), 53 municípios (99 postos), 03 entidades privadas (20 postos). Sua fala foi concluída com as estatísticas de 2010, onde houve 5.497.650 inscrições no SINE, 3.660.711 vagas foram disponibilizadas, 7.729.292 encaminhamentos foram feitos, e 1.246.201 colocações no mercado de trabalho foram concluídas com êxito.

A mesa de debate contou ainda com a fala do Sr. Francisco Wanderley Menezes Coordenador Substituto do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado do MTE. O Sr. Francisco apresentou o Programa, criado em 2005, que prima por disponibilizar recursos financeiros para a rede de Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado (Oscips, Cooperativas e Agências de Fomento) a operar o programa junto aos empreendedores. Atualmente, o programa possui 3,7 milhões de reais e há 158 instituições de microcrédito conveniadas. As pessoas na condição de refúgio são elegíveis para solicitar o microcrédito. Foi esclarecido que o microcrédito é um crédito de baixo valor (máximo R\$ 15.000,00), para atender principalmente atividades produtivas de pequeno porte. Para acionar o microcrédito o empreendedor deve ser popular, formal e informal, e possuir uma atividade produtiva com faturamento anual de até R\$ 120.000,00. O processo completo de liberação do

recurso dura em média uma semana. O diferencial nesta metodologia é que o banco “se dirige” ao cliente por meio do agente de crédito e que os clientes podem substituir garantias reais por “garantias solidárias” a exemplo do Aval Solidário, através da formação de grupos solidários, com no mínimo três participantes. A inadimplência nestes casos ocorre poucas vezes devido à confiança gerada entre os participantes. O microcrédito tem a função de fortalecer as pequenas unidades produtivas e por consequência, de gerar emprego e renda, elevar a renda familiar e combater a pobreza.

As apresentações foram seguidas por uma sessão de perguntas e respostas onde os participantes da plenária puderam fazer colocações e questionamentos aos membros da mesa.

2ª Mesa de Debate: Identificação de oportunidades para solicitantes e refugiados(as) no Estado do Rio de Janeiro

A Sra. Cyntia Sampaio, Assistente Sênior de Reassentamento do ACNUR, coordenou as apresentações e mediou o debate acerca das oportunidades existentes na área da qualificação profissional e trabalho e renda no Rio de Janeiro.

A Sra. Marjolaine Julliard Tavares do Canto, representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e Conselheira no Conselho Nacional de Imigração (CNIg) discorreu sobre as contribuições que o(as) refugiados(as) fazem para a comunidade de acolhida. Como representante do sindicato patronal, a Sra. Marjolaine se comprometeu a apoiar e divulgar o tema do refúgio entre os empresários e sensibilizar os braços sociais da CNC, como o SENAC e SESC.

O Dr. Cândido Feliciano da Ponte Neto, Diretor da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro destacou a importância e as conquistas obtidas por meio do caráter tripartite o trabalho realizado com os refugiados no Brasil, contando sempre com a presença da sociedade civil, do Governo do Brasil e do Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados (ACNUR). A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro iniciou o trabalho pioneiro de assistência aos refugiados no Brasil em 1976, período onde o país vivia um contexto político e social conturbado, marcado por um regime militar. Os primeiros refugiados eram provenientes do Chile, Argentina e Uruguai, e receberam apoio da Cáritas para serem reassentados em outros países. Cerca de 5.000 refugiados latino americanos foram ajudados naquela época. Hoje, em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o Ministério da Justiça (CONARE), a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro desenvolve o Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio que visa garantir o acolhimento, assistência jurídica e integração local das pessoas em situação de refúgio que se encontram no país. Dentre as 2.877 pessoas já atendidas, 75% eram indivíduos e 25% núcleos familiares, sendo 71% do sexo masculino e 29% do sexo feminino.

A Sra. Mônica Volpato, Gerente do Programa de Bolsas do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) Rio de Janeiro, apresentou como funciona a política de bolsas da instituição e a experiência da parceria com a Cáritas. Os refugiados que atenderem aos critérios estabelecidos pelo Programa SENAC de Gratuidade (PSG)¹ podem se beneficiar gratuitamente dos cursos de capacitação profissional voltados para o setor de comércio de bens, serviços e turismo. Aqueles que não se enquadrarem nos critérios, podem se beneficiar das bolsas de estudo parciais² (20%, 50% e 80%) oferecidas pela instituição. O SENAC Rio possui convênio com a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro desde 2010. Até o momento, já foram concedidas 80 bolsas de estudo de 80% sobre o valor total dos cursos de formação inicial e continuada (instrumental, aperfeiçoamento, socioprofissional e capacitação) e 05 bolsas de estudo de 50% sobre o valor total dos cursos de graduação. Assinado formalmente em setembro de 2011, o convênio já gerou 11 matrículas em atividade. Uma dificuldade observada para a inclusão dos refugiados nos cursos é a ausência de documentação educacional requisitada para o curso. A grande procura dos refugiados para o desenvolvimento profissional no SENAC Rio encontra-se nas áreas de informática, idiomas, beleza, hotelaria e administração.

IV. Recomendações dos Grupos de Trabalho

A plenária foi dividida aleatoriamente em dois grupos de trabalho onde cada grupo deveria elencar as principais dificuldades enfrentadas pelos(as) solicitantes de refúgio e refugiados(as) no tocante à: 1) acesso ao mercado de trabalho e 2) qualificação profissional. A partir das dificuldades identificadas, os grupos de trabalho elaboram propostas para o enfrentamento dessas questões. Com base nas discussões dos grupos, compilamos as principais propostas que seguem abaixo:

- Criar Grupo de Trabalho no âmbito da Superintendência do MTE/RJ, em articulação com o Comitê Estadual Intersectorial de Políticas de Atenção aos Refugiados do Rio de Janeiro, para dar seguimento às recomendações desta oficina.
- Estabelecer parcerias com empresários e instâncias governamentais envolvidas nos grandes eventos que acontecerão no Rio de Janeiro (Rio+ 20 em 2012, Jornada Mundial da Juventude em 2013, Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016).
- Mapear as oportunidades existentes e seus respectivos mecanismos de acesso na área de empreendedorismo individual e coletivo.

¹ Para maiores informações: www.rj.senac.br/psg.

² Para maiores informações: Ligue Disque SENAC 4002-2002.

- Construir uma normativa interna específica para validação dos diplomas de refugiados com base no Artigo 44 da Lei 9474 com uma universidade pública local.
- Envolver os Conselhos Profissionais no processo de registro profissional dos refugiados que se encontrem no país e que tenham formação profissional no seu país de origem.
- Buscar alternativas para o ensino do idioma português explorando estratégias por meio de programas de voluntariado, núcleos de idiomas das universidades (ex. Departamento de Letras da UERJ) e ensino de educação à distância.
- Solicitar ao SENAC Rio a criação de turmas avançadas de português para os refugiados ou a inclusão dos mesmos nos cursos de português já oferecidos para estrangeiros.
- Promover a inclusão da população refugiada nas iniciativas de economia solidária e empreendedorismo coletivo, como associativismo e cooperativismo.
- Realizar campanha de sensibilização e esclarecimento da condição do refúgio e do status migratório junto ao empresariado local. (exemplo: criação e divulgação estratégica de material informativo sobre direitos e deveres trabalhistas dos solicitantes de refúgio e refugiados).
- Advogar pela substituição da palavra "refugiado" no Registro Nacional de Estrangeiro por "estrangeiro reconhecido pela Lei 9.474/97" à exemplo do que já ocorre com a Carteira de Trabalho e Previdência Social.
- Divulgar entre a população refugiada o processo de avaliação de competências conduzido pelo SENAC para certificação de habilidades nos cursos que ministra.
- Incluir os solicitantes de refúgio e refugiados nas atividades de formação, assessoria técnica e inserção no mercado de comercialização que já ocorrem no estado, como feiras, festivais e eventos.

V. Divulgação do Relatório

O relatório final desta oficina será enviado por email a todos os participantes e será disponibilizado no site do Ministério do Trabalho e Emprego.

Paulo Sérgio de Almeida
Presidente do CNIg
Ministério do Trabalho e Emprego

Andrés Ramirez
Representante
ACNUR Brasil